
Sumário

Apresentação	7
Prefácio	9
Introdução	13
1. O pensamento histórico e a lógica que arrimam a construção e a interpretação do Direito do Trabalho	17
2. O poder normativo	28
2.1. Aspectos gerais e históricos	28
2.2. Poder normativo autônomo: os convênios coletivos	37
2.3. Poder normativo heterônomo: a sentença normativa	41
2.4. Negociações coletivas, flexibilização e crise do sindicalismo	47
3. A aderência contratual das normas coletivas	53
3.1. O conteúdo dos instrumentos normativos: cláusulas obrigacionais e normativas	53
3.2. As teorias sobre a aderência contratual	55
3.3. A aderência contratual limitada pelo prazo	59
3.3.1. O precedente normativo n. 120 do TST	62
3.4. Em defesa da ultratividade normativa	65
3.4.1. O prazo nos instrumentos normativos	66
3.4.2. O princípio da condição mais benéfica	70
3.4.3. O princípio <i>in dubio pro operario</i>	79
3.5. Em defesa da aderência contratual irrestrita	80
3.5.1. O § 2º do art. 114, da CR/88	86
3.5.2. O real alcance da expressão: « disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente, »	92
Conclusão	97
Referências bibliográficas	101